

PLANO DE AÇÃO PARA 2019 FOCA NO FORTALECIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS E NA MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE FUNDOS

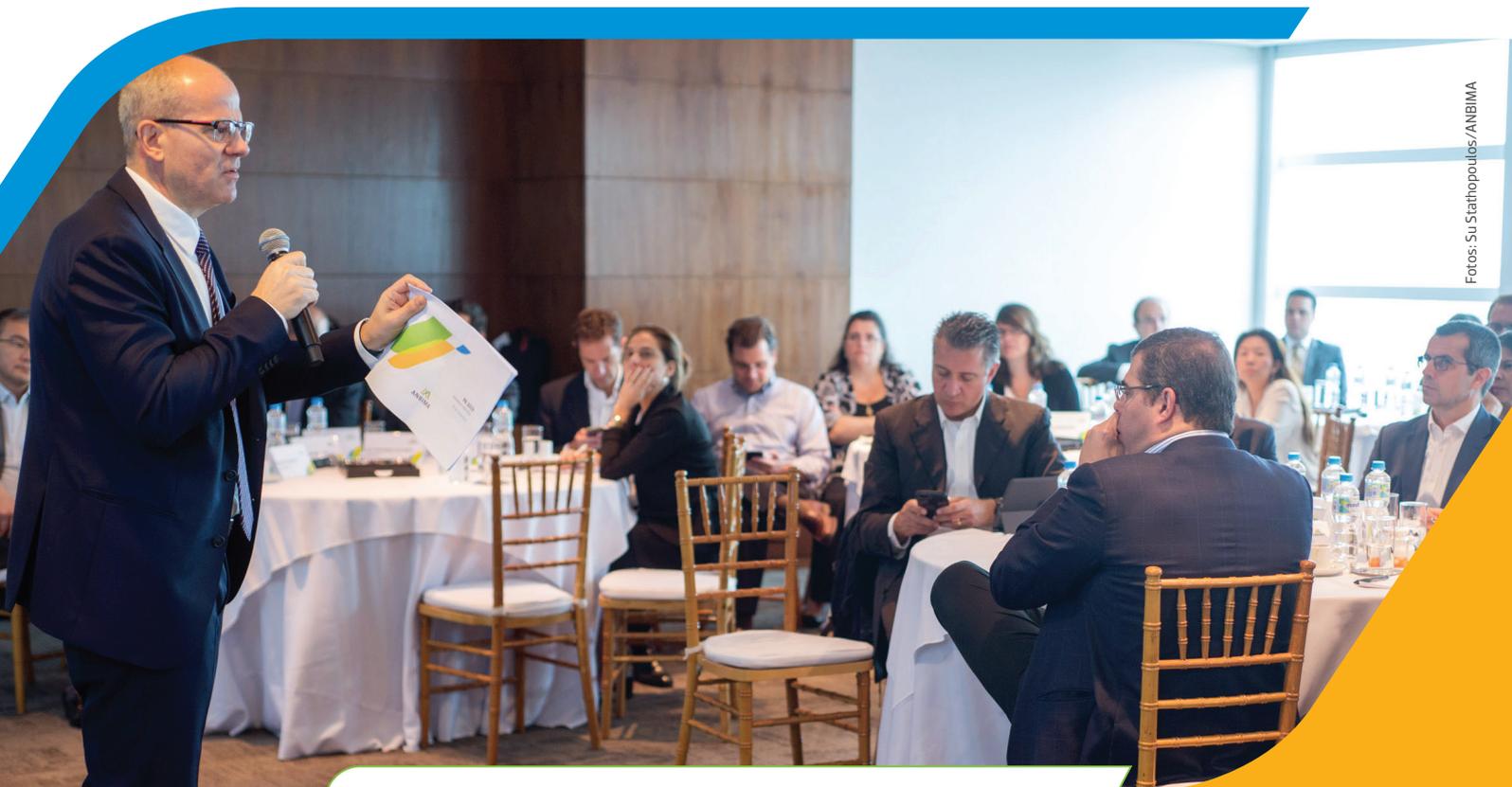
O desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro e a modernização do segmento de fundos concentram a maior parte das iniciativas do plano de ação para 2019, que é a base das atividades da Associação para o ano.

"Avançamos bastante em 2018, mas os desafios são muito grandes. Este ano é ainda mais decisivo, pois há um novo governo e perspectivas favoráveis para um conjunto de reformas. Parte delas tem potencial para estimular, ainda que indiretamente, o mercado de capitais e a indústria de fundos, essencial alocadora de recursos", afirma Carlos Ambrósio, nosso presidente.

A modernização do segmento de fundos passa pela otimização dos chamados "fardos operacionais", ou seja, as

obrigações que as instituições e os prestadores de serviços têm no cumprimento das exigências da regulação e da autorregulação. Eles serão mapeados com o objetivo de propor uma agenda de eficiência para os produtos regulados pela Instrução CVM 555 e também para os fundos estruturados.

"A Instrução CVM 555 levou a indústria a outro patamar, inovando e sofisticando uma série de aspectos como mais transparência e simplificação de processos. Passados quatro anos da sua publicação, e com um mercado tão dinâmico, é hora de olhar o que pode ser aprimorado para diminuir a carga da regulação e da autorregulação em cima das instituições", afirma o vice-presidente Carlos André. >>



// A agenda (de Mercado de Capitais) foi pauta dos nossos encontros com praticamente todos os stakeholders ao longo de 2018 e pavimentou o caminho para este ano. É importante consolidarmos os ganhos e trabalharmos por avanços //

CARLOS AMBRÓSIO, presidente



Esse trabalho abrange, por exemplo, a revisão de documentos comuns a administradores, gestores e custodiantes, além do fluxo de informações trocadas entre eles.

Todas as sugestões de melhorias estarão reunidas em uma agenda, a exemplo do que foi feito em 2018 para mercado de capitais. O documento está em elaboração e será lançado no 10º Congresso ANBIMA de Fundos de Investimento. O objetivo é mapear os entraves e medir os benefícios decorrentes da superação destes obstáculos. "A apresentação do estudo durante o congresso nos dará a oportunidade de fortalecer e disseminar ainda mais a agenda", diz Ambrósio.

Paralelamente, o fortalecimento do mercado de capitais continua como prioridade. As ações serão voltadas para quatro grandes iniciativas, todas identificadas na Agenda ANBIMA B3 de Mercado de Capitais, estudo que mensura os impactos do fortalecimento do mercado sobre um conjunto de indicadores econômicos e lista ações indispensáveis para se chegar lá. Para 2019, o foco estará em medidas de fomento ao financiamento de longo prazo, estímulo às emissões, diversificação da base de investidores e aumento da liquidez.

"A agenda foi pauta dos nossos encontros com praticamente todos os stakeholders ao longo de 2018 e pavimentou o caminho para este ano. É importante consolidarmos os ganhos e trabalharmos por avanços", afirma Ambrósio.

Aumentar o papel do mercado de capitais no financiamento

de longo prazo e defender propostas para maior segurança jurídica nos projetos são algumas das ações definidas. "Será essencial uma interação muito próxima com o novo governo para entender e propor sugestões ao modelo de concessões que será adotado", afirma o vice-presidente José Eduardo Laloni. Com relação à participação do mercado no financiamento de longo prazo, a expectativa é que o BNDES mantenha a política de parceria com as fontes privadas, atuando como aliado do mercado de capitais.

Os temas, chamados de focos de atuação, escolhidos para o plano de ação 2019 são os mesmos de 2018: mercado de capitais; poupança de longo prazo; ética e regulação – divididos em agenda de desenvolvimento de mercado (item no qual estão concentradas as iniciativas de modernização de fundos) e conduta; inovação e tributação.

"Todos os focos de atuação do ano passado continuam como temas-chave para o fortalecimento dos mercados e do país. Além disso, tivemos uma série de iniciativas bem-sucedidas que agora precisamos avançar", afirma nosso superintendente-geral, José Carlos Doherty.

Por conta disso, a maior parte das iniciativas abaixo de cada foco de atuação mudou. Também foi feito um esforço para reduzir o número de ações. "Em 2018, saímos com 39 iniciativas e agora temos 15. O objetivo é um plano mais efetivo e objetivo", afirma Doherty.



Plano de ação de 2019 mantém cinco focos de atuação definidos no ano anterior

// Todos os focos de atuação do ano passado continuam como temas-chave para o fortalecimento dos mercados e do país. Além disso, tivemos uma série de iniciativas bem-sucedidas que agora precisamos avançar //

JOSÉ CARLOS DOHERTY, superintendente-geral

Entenda o plano de ação

O debate e construção do plano começaram no segundo semestre. Em setembro, a Diretoria decidiu manter a mesma dinâmica adotada em 2018, permanecendo os cinco focos de atuação.

As discussões tiveram início em outubro nas reuniões dos comitês. Os representantes puderam analisar as iniciativas e avaliaram o que foi concluído, o que deveria ter continuidade e, eventualmente, o que não fazia mais sentido estar na agenda. Em novembro, aconteceram cinco cafés da manhã com membros da Diretoria, presidentes de comitês e profissionais da equipe interna ligados a cada tema: mercado de capitais; agenda de desenvolvimento do mercado e conduta (ambos relacionados ao foco de atuação ética e regulação); poupança de longo prazo; e inovação. Não houve debate sobre tributação porque optou-se por aguardar o movimento político do novo governo para entender sua atuação e, na sequência, definir um posicionamento formal junto com a Febraban – que está alinhada com a pauta da Associação.

Nesses cafés, todos puderam discutir e opinar e algumas iniciativas sofreram alterações, bem como novas ações surgiram.

No final de novembro, os participantes dos cinco encontros anteriores se reuniram em um workshop para validar as iniciativas. Com o plano de ação em mãos, até o fim de janeiro serão definidos os entregáveis para cada ação e os principais projetos para 2019. **Confira, nas próximas páginas, as iniciativas de cada um dos focos de atuação.**

MELHORIAS NOS PROCESSOS DE EMISSÃO DE OFERTAS PÚBLICAS

A Agenda ANBIMA B3 de Mercado de Capitais, divulgada ao longo de 2018, lista uma série de iniciativas para fortalecimento do mercado. O plano de ação de 2019 seguirá a maior parte delas, que está organizada em quatro grandes grupos: fomentar o financiamento de longo prazo, estimular as emissões, diversificar a base de investidores e aumentar a liquidez.

Entre as principais iniciativas (além daquelas já mencionadas na primeira página), estão previstas propostas para melhorias nas normas das ofertas públicas (Instruções CVM 400 e 476), bem

como na Lei das S.A. (6.404) com foco nas emissões. O objetivo é garantir agilidade na colocação dos papéis no mercado. Além disto, trabalharemos em parceria com a B3 na criação de um novo mercado de acesso para estimular a entrada de pequenas e médias empresas.

Para ampliar a liquidez, serão desenvolvidas ações de incentivo ao market maker e à padronização do cálculo de preço e ordenação de cláusulas das debêntures.

OBJETIVOS E INICIATIVAS



Fomentar financiamento de longo prazo

- » Defender agenda de expansão do papel do mercado de capitais no financiamento de longo prazo em parceria com o BNDES;
- » Defender propostas para aumento da segurança jurídica dos projetos;
- » Promover aproximação ao Judiciário por meio de processo educativo.



Estimular o aumento do volume de emissões

- » Apresentar propostas de melhorias nas normas de ofertas públicas;
- » Defender aprimoramentos no aparato legal do mercado de capitais;
- » Desenvolver e apresentar propostas de estímulo ao mercado de acesso.



Diversificar a base de investidores

Apresentar propostas para:

- » Facilitar a participação dos investidores institucionais nos ativos de longo prazo;
- » Promover simplificação e harmonização de regras para atrair o investidor estrangeiro;
- » Estimular a maior participação das pessoas físicas.



Promover a ampliação da liquidez

- » Desenvolver e apoiar iniciativas para o aprofundamento do mercado secundário de dívida corporativa;
- » Apresentar e defender propostas para o desenvolvimento do mercado de derivativos de crédito.

HARMONIZAÇÃO DAS REGRAS E ESTUDO DE NOVOS PRODUTOS

Continuamos focados na construção de propostas para o desenvolvimento da poupança de longo prazo no Brasil – assunto ligado diretamente ao fortalecimento do mercado de capitais.

Em 2019, o trabalho será dirigido a aprimoramentos regulatórios que harmonizem as regras entre diferentes produtos previdenciários e flexibilização da portabilidade de um produto de uma instituição para outra, facilitando a troca de informações entre o mercado.

Outras propostas visam incentivar os investidores a aplicarem em produtos de longo prazo e focam na construção e divulgação de uma agenda positiva para os FIPs (Fundos de Investimento em Participação). Também está em pauta a avaliação do uso do FI-FGTS (Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para financiamento à infraestrutura.

OBJETIVOS E INICIATIVAS



Aprimorar aparato regulatório

- » Buscar harmonização das regras de investimento das entidades (EAPCs, EFPCs e RPPSs);
- » Propor melhorias na regulamentação dos RPPSs (mapeamento/diagnóstico);
- » Elaborar avaliação sobre portabilidade de produtos.



Criar estímulos para demanda por produtos de investimento de longo prazo

- » Propor agenda positiva para a indústria de FIPs;
- » Defender aprimoramentos da lei dos fundos imobiliários;
- » Contribuir com as discussões da criação de fundos patrimoniais (endowment);
- » Promover agenda de educação – reguladores e tomadores de decisão.



Avaliar utilização do FGTS para financiamento à infraestrutura

- » Elaborar estudo para posicionamento do mercado, incluindo avaliação do instrumento do FI-FGTS.

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO MERCADO: REDUÇÃO DOS CUSTOS DE OBSERVÂNCIA

Diminuir os gastos que as instituições têm para cumprir as regras da regulação e da autorregulação é o objetivo central da iniciativa. Ela está dividida em duas partes: promover a agenda de eficiência na indústria de fundos e aprimorar a atividade de distribuição.

No primeiro caso, será feito um levantamento de todos os fardos operacionais a que as instituições e os prestadores de serviços de fundos estruturados estão sujeitos. Também será criada uma plataforma de cadastro único de informações dos fundos, que concentrará os dados em apenas um lugar e será disponível para todos os players. Está em discussão, ainda, a criação de um novo veículo: a holding de investimento – produto com personalidade

jurídica própria, semelhante a uma empresa, como já acontece em outros países.

A intenção não é substituir os fundos tradicionais, mas criar um novo veículo que contribuiria para dar mais clareza sobre a responsabilidade de cada um dos agentes da indústria de fundos.

Com relação à atividade de distribuição, é inegável que a entrada de novos players no mercado vem democratizando o acesso aos investimentos. No entanto, há uma preocupação com o fato de que alguns intermediários atuam no aconselhamento e na distribuição de produtos. O objetivo não é inibir o movimento, mas aprimorar as regras dos profissionais, como os agentes autônomos.

OBJETIVOS E INICIATIVAS



Promover agenda de eficiência para a indústria de fundos

- » Desenvolver estudo sobre ganhos de eficiência ("fardos operacionais") e ações para aumento da segurança dos prestadores de serviços de fundos estruturados;
- » Desenvolver estudo sobre a criação de novo veículo (holding de investimento);
- » Propor aprimoramentos para a autorregulação da carteira administrada;
- » Apresentar e defender proposta de nova regulação do FIDC;
- » Lançar projeto ANBIMA Data Fundos: aprimoramento do recebimento e distribuição de dados e cadastro centralizado de fundos.



Aprimorar atividade de distribuição

- » Desenvolver proposta sobre papéis e responsabilidades dos agentes de distribuição;
- » Apoiar a ampliação do passaporte regional de fundos;
- » Apresentar proposta para aprimorar a documentação dos fundos sob a ótica do investidor;
- » Elaborar proposta de novo Código de Negociação e estabelecer limites com a distribuição.

CONDUTA: MUDANÇA NA GOVERNANÇA DO CONSELHO DE ÉTICA

As questões éticas e de conduta não são assuntos apenas do mercado de capitais. Episódios como a operação Lava Jato trouxeram à tona a importância de debater o tema.

Para fortalecer as exigências para o cumprimento de princípios éticos pelas instituições, será proposto um novo Código de Ética e reestruturado o Conselho. A mudança terá por objetivo dar mais autonomia ao conselho, incluindo a palavra final nos processos

de entrada, permanência e saída de associados, que hoje cabe à Diretoria. O foco de atuação também abrangerá a qualificação dos profissionais que trabalham na administração de recursos de terceiros. O objetivo será mapear o que acontece no mercado para propor aprimoramentos na qualificação, sempre levando em conta o que faz sentido na atual estrutura das instituições.

OBJETIVOS E INICIATIVAS



Fortalecer os mecanismos de verificação do cumprimento de princípios éticos por associados e aderentes

- » Propor novo Código de Ética;
- » Reestruturar e fortalecer o Conselho de Ética.



Reavaliar iniciativas para a qualificação dos profissionais de administração de recursos de terceiros

- » Elaborar diagnóstico e propor aperfeiçoamentos para a qualificação dos profissionais.



Publicação mensal com as principais notícias institucionais da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

www.anbima.com.br

Redação: Paula Diniz

Edição: Marineide Marques

Projeto gráfico: Atelier Carta Comunicação e Projetos Especiais

Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 501, bloco II, conj. 704 – CEP: 22250-042 – Tel: + 21 3814 3800

São Paulo: Av. das Nações Unidas, 8501 – 21º andar – CEP 05425-070 – Tel: + 11 3471 4200

Presidente: Carlos Ambrósio

Vice-Presidentes: Carlos André, Flavio Souza, José Eduardo Laloni, Luiz Sorge, Miguel Ferreira, Pedro Lorenzini, Ricardo Almeida e Sérgio Cutolo

Diretores: Adriano Koelle, Alenir Romanello, Fernando Rabello, Jan Karsten, Julio Capua, Luiz Chrysostomo, Luiz Fernando Figueiredo, Lywal Salles Filho, Pedro Juliano, Pedro Rudge, Reinaldo Lacerda, Saša Markus e Teodoro Lima

Conselho de Ética: Valdecyr Gomes (presidente) e Luiz Maia (vice-presidente)

Comitê Executivo: José Carlos Doherty, Ana Claudia Leoni, Francisco Vidinha, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculano, Eliana Marino, Lina Yajima, Marcelo Billi, Soraya Alves e Thiago Baptista

DEBATE DE NOVAS TECNOLOGIAS E AÇÕES COMPARTILHADAS

Foco de uma grande discussão em 2018, o tema teve como desafio a construção de uma agenda de iniciativas, principalmente buscando pautar uma discussão estratégica. Para 2019, foi construída uma agenda transversal e que deve ter flexibilidade para acompanhar um tema tão dinâmico como inovação.

Estará em debate a regulação de novas tecnologias, tais como open banking, sandbox, criptoativos, entre outras. Paralelamente, a intenção é se aproximar da comunidade de inovação. Uma das iniciativas será a realização de um hackathon no 10º Congresso de

Fundos de Investimento, em abril, para encontrar uma solução para um entrave da indústria de fundos.

O debate sobre cibersegurança continua na agenda, sempre voltado para ações de compartilhamento de testes para prevenir problemas.

No campo de supervisão, está previsto o desenvolvimento do projeto SupTech, ou seja, uma solução tecnológica por meio de inteligência artificial para automatizar alguns monitoramentos da indústria de fundos.

OBJETIVOS E INICIATIVAS



Realizar discussões sobre perímetro regulatório para novas tecnologias

- » Promover discussão sobre:
 - > Open banking no Brasil – definição da arquitetura e implementação;
 - > Sandbox regulatório – alcance e requisitos;
 - > Usos do DLT e criptoativos – papéis e responsabilidades.
- » Coordenar iniciativas sobre digitalização de títulos e processos;
- » Mapear impactos das novas tecnologias na distribuição.



Conduzir ações de aproximação da comunidade de inovação

- » Realizar hackathon para soluções para a indústria de fundos;
- » Disponibilizar inventário sobre fintechs e startups;
- » Desenvolver prêmio de inovação no mercado de capitais;
- » Avaliar potenciais novos usos para a RTM.



Conduzir ações em cibersegurança para aumento da resiliência do sistema

- » Promover ações de compartilhamento de testes e informações;
- » Avaliar ações conjuntas com outras entidades.



Equipar a supervisão da ANBIMA com novas tecnologias

- » Desenvolver projeto para inclusão/utilização de machine learning e inteligência artificial em processos da supervisão de fundos.